

# Mário Fortuna, Presidente da Câmara do Comércio de P. Delgada

## “Falharam as políticas públicas para promoção do crescimento nos Açores”

Já são conhecidos os resultados preliminares dos Censos 21 e as notícias, relativamente aos Açores, não são famosas. Estamos a perder mil habitantes por ano, em média, nos últimos dez anos, uma das taxas mais altas do país e o dobro da média nacional. O que é que está a falhar aqui, respostas públicas e económicas?

Falharam as políticas públicas para a promoção do crescimento dos Açores.

Um resultado que já era expectável, dada a incidência de pobreza nos Açores e o baixo desempenho escolar registado na Região.

As pessoas mudam-se para sítios que oferecem boas oportunidades de emprego sustentável e não para regiões com elevada incidência de pobreza.

Não tivemos capacidade de fixação e de atração de mais pessoas porque não geramos oportunidades de emprego.

Os empregos do setor público são limitados e não catapultam a economia transacionável, razão pela qual se esgotam em si mesmos.

Foi esta a opção predominante na última década e este é o resultado.

Já tínhamos alertado por diversas formas e em diversos fóruns para este efeito.

O desempenho medíocre de diversos indicadores só poderia resultar em mais este.

Falta-nos economia transacionável e sustentável para inverter esta situação.

*“A reversão desta situação faz-se mudando o paradigma da intervenção pública (...) falta-nos economia transacionável e sustentável para inverter esta situação. Projectos ineficientes promovidos pelo sector público minam a competitividades de todos os outros”*



*Mário Fortuna analisa as causas da perda de população nas ilhas na última década*

ação.

**As reduções nas ilhas mais pequenas são preocupantes. Como é que se reverte isto?**

O problema não é só das ilhas pequenas.

Algumas, como Santa Maria, até se saem bem.

O problema é de toda a Região.

Alguma coisa se conduziu mal para que todas tivessem evoluções negativas.

Para além disso, os resultados são muito assimétricos dentro da mesma ilha.

Veja-se o que aconteceu no Pico e em S. Miguel.

A Madalena destaca-se pela positiva e as Lajes pela negativa.

Em S. Miguel temos o Nordeste com um dos piores registos (pese embora a SCUT) com a Povoação e Vila Franca do Campo com registos igualmente maus.

Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande acabam por ter registos menos maus. Mas não deixam de ser maus também.

A reversão desta situação faz-se mudando o paradigma da intervenção pública, como já foi amplamente proposto pela parceria iniciada há anos pela CCIA, FAA e UGT.

As soluções terão de começar com a mudança de paradigmas de fundo que evitem descalabros como o da SATA ou da Sinaga e que levem a decisões que nos tragam mais competitividade verdadeira para podermos ser mais exportadores.

Projetos ineficientes promovidos pelo setor público minam a competitividade de todos os outros.

**Como interpreta o facto de apenas um concelho, o da Madalena do Pico, ter sido o único que aumentou de população?**

A Madalena é uma exceção que importa ser analisada para ver que lições se podem retirar.

Mas não deixa de ser uma exceção, mesmo dentro da mesma ilha.

É como uma árvore no deserto que não dá para mudar a classificação de deserto para floresta.

Mas, ainda bem que podemos ter este caso de estudo e parabéns para já, mesmo que os dados possam estar sujeitos a correções.

**Este tema, o da demografia, já tinha sido abordado em reuniões do CESA. Falta entrar nas agendas dos partidos políticos?**

O tema foi introduzido na agenda do CESA por proposta nossa.

Antevíamos já há algum tempo um problema de fundo.

Penso que o tema já está na agenda deste governo.

Fica a faltar mais evidência clara de que não será letra morta e que a afetação dos fundos comunitários e demais fundos do orçamento serão canalizados para um novo paradigma de atuação mais orientado para a produção e menos para o consumo interno não reprodutivo.

Os governos anteriores nunca assumiram este desígnio.

Estamos esperançados que este o faça, de facto, porque em programa já o assumiu.

**Para estancar este problema devem-se aplicar políticas públicas globais, iguais para todas as ilhas, ou deve-se redirecionar políticas específicas para cada ilha?**

A intervenção deve ter linhas de força globais e linhas de força específicas, todas encaixadas dentro de uma lógica realista.

Quando sairmos do prumo de atuação realista voltamos aos paradigmas do passado e não criare-

mos sustentabilidade.

Cada ilha é uma realidade e a região no seu todo também é uma realidade que importa cuidar para não vaguearmos por mares menos bons, que dão resultados como os que estão em causa.

**Qual o papel dos empresários nesta matéria, assim como do governo e das autarquias?**

A abordagem do governo-empresário falhou, claramente.

O das autarquias-empresárias também falhou, há já algum tempo.

Portanto, é preciso adotar um novo paradigma em que os governos se focam na governação e na regulação adequada e deixa que sejam as empresas a produzir de forma a que maus projetos sejam rapidamente encerrados em vez se arrastarem penosamente ao longo dos anos, a consumir avultados recursos públicos, como acontece no setor público, sem contributo suficiente para a comunidade.

É preciso criar mais competitividade nos setores transacionáveis para podermos produzir mais e exportar mais bens e serviços.

A tarefa da produção é das empresas.

A tarefa da criação do ambiente de trabalho adequado é, em muito, do governo e das autarquias.

Cada um tem o seu papel que deve desempenhar de forma a que os resultados finais sejam bons.

Os que estão perante nós não são bons e estão indelevelmente associados às opções políticas das últimas décadas.

O paradigma de atuação nas políticas públicas tem de ser outro até porque vamos receber quantias avultadas que importa não sejam desbaratadas mais uma vez.